

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade**

**Período de Análise: 01/03/2015 a 31/03/2015**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Desafio da agricultura sustentável é debatido durante seminário.</b> Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 03/03/2015 .....	4
<b>Brasil dá exemplo ao mundo de como reduzir a pobreza de forma sustentável, diz diretora do Banco Mundial</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 05/03/2015 .....	4
<b>Cresce o número de produtores de orgânicos no país.</b> Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 11/03/2015 .....	5
<b>“Hoje sou guardião de sementes crioulas e da biodiversidade”</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 12/03/2015 .....	5
<b>Projeto avalia a importância da polinização para a agricultura.</b> Marco Moreira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 13/03/2015 .....	6
<b>Condraf vai colaborar para a elaboração do Plano Plurianual 2016/2019.</b> João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 13/03/2015 .....	8
<b>Após desocupação do Acampamento Dom Tomás Balduino, produção agroecológica cultivada no local vira comida para gado</b> – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 16/03/2015.....	9
<b>Seminário estimula agricultores a produzir água e receber reembolso.</b> Rafaela Ribeiro e Luciene Assis – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/03/2015.....	9
<b>Agroecologia e produção orgânica terão novo plano.</b> Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 18/03/2015 .....	11
<b>Ministra pede agilidade no CAR na reunião do renovado Conama.</b> Paulenir Constâncio – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 18/03/2015 .....	12
<b>Patrus Ananias participa de Reunião da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.</b> Ranyelle Andrade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 18/03/2015 .....	13
<b>Código Florestal reduzirá perda da biodiversidade, afirma ministra.</b> Paulenir Constâncio – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 19/03/2015 .....	13
<b>Para Dilma, o Brasil tem de saber que a agroecologia é possível</b> – Site do MST. 20/03/2015.....	15
<b>Dilma salienta importância da agricultura familiar e de assentamentos da reforma agrária para o desenvolvimento rural.</b> Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 20/03/2015 .....	15
<b>Assentados da Paraíba comercializam 20 toneladas de alimentos orgânicos em feira agroecológica</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/03/2015.....	17
<b>Nova Unidade de Conservação Ambiental na Amazônia prejudicará agricultores</b> – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 20/03/2015 .....	19

<b>Rossetto defende produção agroecológica e orgânica como opção estratégica para o país</b> – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 20/03/2015 .....	20
<b>Merenda escolar em São Paulo terá produtos orgânicos</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 20/03/2015 .....	21
<b>Comunidades indígenas da Bahia apresentam ao MDA demandas para melhorar escoamento da produção.</b> Jalila Arabi – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 21/03/2015 .....	22
<b>Com filmes ecológicos, show musical e de artistas circenses, CNA lança programa Nacional de Proteção de Nascentes</b> – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 22/03/2015 .....	23
<b>MDS e Conab lançam chamada pública para compra de arroz da agricultura familiar</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 23/03/2015 .....	24
<b>Paraná pede ao MMA prorrogação do Cadastro Ambiental Rural</b> – Valor Econômico, Agronegócios. 23/03/2015 .....	25
<b>Inclusão de produtos orgânicos e de base agroecológica em merenda escolar garante alimentação mais saudável.</b> Aline Dias – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/03/2015 .....	26
<b>Famílias assentadas em Caçador (SC) promovem feira itinerante de alimentos orgânicos</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/03/2015 .....	27
<b>Mulheres e agroecologia: publicação estimula o debate sobre a igualdade de gênero no campo</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/03/2015 .....	28
<b>Grupo Hospitalar Conceição vai comprar alimentos de comunidades quilombolas</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 25/03/2015 .....	30
<b>CAR será pré-requisito para concessão de crédito ao produtor.</b> Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 26/03/2015 .....	30
<b>Universidade Federal de Viçosa lança chamada pública para compra de alimentos da agricultura familiar</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 30/03/2015 .....	32
<b>Mulheres conquistam sucesso em produção de orgânicos.</b> Talita Viana – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 30/03/2015 .....	32
<b>Brasil é o sétimo maior investidor em energia renovável, diz estudo.</b> Fábio de Castro – O Estado de São Paulo, Sustentabilidade. 31/03/2015 .....	33

**Desafio da agricultura sustentável é debatido durante seminário. Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 03/03/2015**

*Cadastro Ambiental Rural, instrumento para regularização ambiental e diversificação da agricultura*

O secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Paulo Guilherme Cabral, participou, nesta terça-feira (03/03), em Brasília, de seminário sobre os desafios da agricultura sustentável, segurança alimentar e produtividade no campo. O evento foi promovido pelo Instituto de Educação no Agronegócio (i-uma).

Cabral convidou os presentes a participar de força-tarefa para inserir imóveis no Cadastro Ambiental Rural (CAR) até o dia 5 de maio, prazo final estabelecido em lei. O cadastro, além de regularizar ambientalmente o imóvel, incentivará a diversificação produtiva por meio da recuperação de áreas degradadas. Os imóveis e posses rurais devem ser cadastrados pela internet – veja endereço eletrônico abaixo.

“O MMA reforça as parcerias para buscar cumprir o desafio brasileiro de produzir alimentos de forma competitiva, mas, ao mesmo tempo, sustentável”, afirmou o secretário. “Algumas dessas iniciativas já estão sendo colocadas em prática, com a política de agroecologia e produção orgânica, por exemplo”.

**SEGURANÇA**

Segundo Cabral, é possível que o Brasil consiga avançar na produção de alimentos de forma segura e com redução de insumos. “O país tem a marca de ser o maior consumidor de agrotóxicos do mundo”, lembrou. “Isso pode ser alterado sem colocar em risco a atividade produtiva”.

Participaram do evento representantes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

---

**Brasil dá exemplo ao mundo de como reduzir a pobreza de forma sustentável, diz diretora do Banco Mundial – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 05/03/2015**

*Sri Mulyani Indrawati disse que o enorme progresso alcançado pelo país na redução da pobreza na última década é motivo de satisfação para o banco, que trabalhou em conjunto com o governo federal*

Brasília, 5 – A diretora-gerente e chefe de operações do Banco Mundial, Sri Mulyani Indrawati, esteve no Brasil nesta semana visitando projetos sociais e conversando com autoridades no Rio de Janeiro, Amazonas e Distrito Federal. Em Brasília, ela se reuniu com parlamentares e ministros do governo, incluindo Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Nessa quarta (4), Indrawati conversou com jornalistas e afirmou que uma de suas mais fortes impressões durante a visita foi o quanto as metas do Brasil e do Banco Mundial

estão alinhadas. Segundo ela, o banco “vê com satisfação os esforços desse governo para erradicar a pobreza, garantir que a prosperidade seja compartilhada, estimular o investimento e o crescimento para criar empregos e serviços para todos os brasileiros”.

Ela reiterou que o Banco Mundial estará sempre pronto para dar apoio à agenda de desenvolvimento e inclusão social do governo brasileiro e que a impressionante experiência do país, que tirou 22 milhões de pessoas da miséria, está servindo de exemplo para o mundo.

Ao comentar os ajustes fiscais e monetários que o governo federal está fazendo na economia, afirmou que essas medidas não são peculiaridade do Brasil. “Vários países passaram ou passam por isso, mas desde que feitos com o compromisso de proteger os mais pobres, como é o caso do governo brasileiro, o país sairá mais fortalecido”, afirmou Indrawati, a segunda na linha hierárquica do Banco Mundial.

---

### **Cresce o número de produtores de orgânicos no país. Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 11/03/2015**

SÃO PAULO - O número de agricultores que optaram pela produção orgânica passou de 6.719, em janeiro de 2014, para 10.194 no primeiro mês deste ano, conforme informações divulgadas há pouco pelo Ministério da Agricultura. Segundo o levantamento, mais de 4 mil desses produtores estão na região Nordeste, enquanto 2.865 estão no Sul e 2.333 no Sudeste.

O número de Unidades de Produção de orgânicos também aumentou na comparação, de 10.064 para 13.323 — cada produtor pode ter mais de uma Unidade de Produção. No total, a área de produção orgânica chega a quase 750 mil hectares no país. O Sudeste abriga a maior parte (333 mil), seguido pelo Norte (158 mil), Nordeste (118,4 mil), Centro-Oeste (101,8 mil) e Sul (37,6 mil).

---

### **“Hoje sou guardiã de sementes crioulas e da biodiversidade” – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 12/03/2015**

*Elisângela Ribeiro, agricultora familiar do norte de Minas Gerais, luta pela preservação do material genético dos alimentos produzidos no Semiárido*

Gravatá (PE), 11 – Depois de aprender na infância a importância de multiplicar as sementes crioulas, livres de modificação genética, Elisângela Ribeiro de Aquino, 43 anos, se considera uma guardiã da biodiversidade típica do Semiárido. Ela organizou, junto com 20 famílias, um banco comunitário de sementes na zona rural de Riacho dos Machados, norte do estado de Minas Gerais. “O banco de sementes é um resgate da nossa história e, ao mesmo tempo, dá autonomia para o agricultor. Hoje sou guardiã de sementes crioulas e da biodiversidade”, conta.

Segundo Elisângela, o banco comunitário – com 11 tipos de sementes – tem garantido a produção nos últimos anos. “Hoje produzimos para nossa subsistência e para manter o banco de sementes”, afirma ela, que já comercializou o excedente de sementes com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A ex-beneficiária do Bolsa Família ressalta que, além da autonomia, as unidades de estoque das sementes crioulas contribuem para a segurança alimentar. “Estamos multiplicando a vida, uma vida com mais qualidade”, diz Elisângela. No assentamento onde vive, a produção é totalmente agroecológica. “Quando cuidamos da segurança alimentar, da alimentação, estamos melhorando a vida das pessoas.”

Para ela, o Programa Banco Comunitário de Sementes Crioulas lançado nesta quarta-feira (11), em Gravatá (PE), além de garantir renda e segurança alimentar, pode afastar a transgenia do solo do Semiárido. “Precisamos dar oportunidades para o agricultor ampliar a produção e plantar com qualidade sem a interferência das empresas. Não podemos ficar refém de nenhuma empresa para produzir.”

A experiência de Elisângela é fruto do trabalho desenvolvido pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), chamado de guardiãs das sementes. A partir de agora, o conhecimento dos agricultores familiares será compartilhado com outras 12,8 mil famílias no Semiárido. A ação é uma parceria do governo federal – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – com a entidade para estruturar 640 bancos de sementes.

---

**Projeto avalia a importância da polinização para a agricultura. Marco Moreira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 13/03/2015**

*Esforços concentram-se em sete culturas importantes no Brasil: algodão, caju, canola, castanha, maçã, melão e tomate.*

Com o objetivo de conhecer melhor os polinizadores e a importância do processo de polinização no desenvolvimento da agricultura, o Projeto Polinizadores do Brasil, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, realizou pesquisas e atividades de capacitação e conscientização ao longo dos últimos cinco anos.

Inserido em uma iniciativa internacional da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), financiada pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF – Global Environmental Facility) e que tem o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) como agência responsável pela execução, o projeto concentra esforços em sete culturas importantes no Brasil: algodão, caju, canola, castanha, maçã, melão e tomate. Planos de manejo, publicações científicas, educativas e vídeos de grande valia foram produzidos para produtores rurais e também para criadores de abelhas.

***PARTICIPANTES***

A iniciativa internacional, chamada “Conservação e Manejo de Polinizadores para Agricultura Sustentável através de uma Abordagem Ecológica” reúne ainda África do Sul, Gana, Índia, Nepal, Paquistão e Quênia. Aprovado pelo GEF em junho de 2008, teve seu início em março de 2010, com duração de cinco anos e um orçamento de mais de US\$ 20 milhões (R\$ 62,8 milhões) para o Projeto Global, desde a fase de elaboração até a implantação total, dos quais US\$ 3,5 milhões destinados ao Brasil.

A organização Bee or not to be tem em seus objetivos pautar a apicultura e a meliponicultura como atividades essenciais da cadeia produtiva agrícola, e por isto, estabeleceu a parceria com o Projeto Polinizadores do Brasil, para comunicar e compartilhar estes importantes estudos que não só comprovam os benefícios dos polinizadores, mas orienta os produtores rurais sobre técnicas de manejo e preservação dos polinizadores em diversas culturas agrícolas.

### *IMPRESINDÍVEIS*

A polinização é o processo que garante a produção de frutos e sementes e a reprodução de diversas plantas, sendo um dos principais mecanismos de manutenção e promoção da biodiversidade na Terra. Para que aconteça, entram em ação os polinizadores, que são animais como abelhas, vespas, borboletas, pássaros e morcegos responsáveis pela transferência do pólen entre as flores masculinas e femininas. Em alguns casos, também o vento e a chuva exercem este papel.

Das espécies conhecidas de plantas com flores, 88% dependem, em algum momento, de animais polinizadores. Mais de 3/4 das espécies utilizadas pelo homem na produção de alimentos dependem da polinização para uma produção de qualidade e em quantidade. Para garantir que os serviços prestados pelos polinizadores continuem na agricultura, é necessário conhecer melhor os fatores que influenciam as populações desses animais. Onde não há polinizadores, a segurança alimentar pode ser comprometida, diminuindo a produtividade das culturas, com efeito negativo sobre a economia.

### *MANEJO*

É muito importante identificar e usar práticas de manejo sustentáveis que diminuam os impactos negativos causados pelo homem sobre os polinizadores, promover a conservação e a diversidade de polinizadores nativos, e conservar e restaurar áreas naturais necessárias para aperfeiçoar os serviços de polinizadores nas áreas agrícolas.

Os resultados do Projeto Polinizadores do Brasil contribuem para a conscientização de agricultores e da população em geral sobre a importância da conservação e uso sustentável dos polinizadores para garantir, entre outros benefícios, a melhoria da qualidade e quantidade da produção agrícola e do rendimento econômico. Os técnicos que elaboraram o estudo elaboraram recomendações para serem seguidas, entre as quais se destacam:

Conservar áreas naturais, mantendo a vegetação nativa próxima à área de cultivo colocar e manejar as colmeias de abelhas próximas às áreas de cultivo, melhorando a qualidade da sua lavoura

Reverter o mínimo possível o solo, mantendo a matéria orgânica, pois existem abelhas que fazem seus ninhos no solo

Não aplicar defensivos nos horários de visita dos polinizadores ao cultivo (geralmente, pela manhã)

Recuperar a vegetação nativa utilizando plantas que atraem e mantêm os polinizadores

Colocar gomos de bambu ou troncos de madeira morta para as abelhas fazerem seus ninhos

Reduzir e, quando possível, eliminar o uso de agrotóxicos

Cultivar plantas atrativas aos polinizadores nas proximidades da lavoura e em seu jardim

Criar um canal direto de contato com os criadores de abelhas. A Instrução

Normativa conjunta número 1 do Ministério da Agricultura (Diário Oficial 04/01/2013), indica que é responsabilidade dos produtores rurais avisarem aos apicultores presentes num raio de 6 km da cultura, e com 48hs de antecedência, sobre atividades de pulverização aérea.

---

### **Condraf vai colaborar para a elaboração do Plano Plurianual 2016/2019. João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 13/03/2015**

A primeira reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) de 2015 chegou ao fim nesta sexta-feira (13) e os principais encaminhamentos são o monitoramento do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) e a presença do Condraf na elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2016/ 2019, junto à Secretaria-Geral da Presidência da República e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

O conselho definiu representantes para acompanhar a discussão do PPA, que terá início na Reunião Interconselhos, marcada para meados de abril. “Reconhecendo a importância da demanda, o Condraf fará uma reunião para preparar os conselheiros e garantir que o PNDRSS se faça presente nos debates.”, afirmou o secretário do Condraf, Rodrigo Amaral.

A oportunidade de participar da construção do Plano Plurianual 2016/2019 deixou Iranilde dos Santos, representante da Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira (Coiab), satisfeita. “Vamos contribuir com algo que vai beneficiar não só aos indígenas, mas também a todos os brasileiros. Estaremos fazendo e acompanhando, e isso é muito gratificante”, avaliou Iranilde.

Segundo a secretária de Mulheres da Contag, Alessandra Lunas, colocar a importância da agricultura familiar em debate para a construção do PPA será essencial. “O PNDRSS é amplo, e precisamos ver os eixos que são mais importantes e que serão prioritários. É fundamental trazermos para dentro do Governo Federal o papel importante do rural, principalmente para a soberania alimentar e nutricional, neste momento”, observou.

#### *Lançamento de livro*

Durante a reunião, a Secretaria da Agricultura Familiar do MDA, por meio de sua Coordenação Geral de Inovação e Sustentabilidade, lançou o livro ‘Conhecimento, Tecnologia e Inovação para o Fortalecimento da Agricultura Familiar’. A publicação reúne resultados de 49 projetos voltados à promoção da sustentabilidade econômica, ambiental e social por meio da adoção de produtos, processos e gestão tecnológicos, visando potencializar a inserção nos mercados e a geração de rendas agrícola e não agrícola.

---



**Após desocupação do Acampamento Dom Tomás Balduino, produção agroecológica cultivada no local vira comida para gado – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 16/03/2015**

Uma semana após desocupação da Agropecuária Santa Mônica, em Corumbá de Goiás (GO), bois do senador Eunício de Oliveira pisoteiam e comem alimentos agroecológicos que haviam sido plantados pelas 3 mil famílias acampadas, sendo que a colheita dos produtos foi uma das condições acordadas para a saída das famílias da área.

O chão onde pisava o boi é feijão e arroz, capim já não convém. (Zé Pinto)

No último dia 4 de março, após seis meses de ocupação de parte do Complexo de Fazendas Santa Mônica, do senador Eunício de Oliveira (PMDB-CE), em Corumbá de Goiás (GO), aproximadamente 3 mil famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que compunham o Acampamento Dom Tomás Balduino, deixaram a área. Durante o período de acampamento no local, as famílias produziram uma diversidade de alimentos, cultivados de forma cooperativa e agroecológica, entre os quais destacamos: arroz, feijão, milho, mandioca, abóbora, alface, couve, amendoim, gergelim, entre vários outros produtos. A produção agroecológica, resultado do trabalho dos agricultores/as acampados/as, cobria mais de 60 hectares do latifúndio do político.

Entre os compromissos estabelecidos para a saída das famílias da área, além da instauração do processo de assentamento num prazo de 60 dias, havia a garantia à colheita de todos os alimentos cultivados. No entanto, apenas uma semana após a saída da área, representantes do Comitê de Apoio e Solidariedade ao Acampamento Dom Tomás Balduino registraram as lavouras invadidas pelos bois do Senador, que comem os alimentos que proviam e proveriam o sustento dos acampados/as.

As famílias, agora acampadas provisoriamente na área do Centro de Formação Hugo Chaves, na cidade de Corumbá de Goiás, aguardam as Cestas Básicas (outro compromisso estabelecido para a desocupação da área) para garantir sua alimentação imediata. Em um país ocupado pela soja e outros grãos que alimentam rebanhos do outro lado do mundo, alimentos produzidos em quantidade e qualidade são pisoteados pela injustiça do latifúndio.

Nós, que compomos o Comitê de Apoio e Solidariedade ao Acampamento Dom Tomás Balduino, denunciemos essa ação de injustiça com os trabalhadores/as que lutam pela dignidade do acesso à terra e pela vida plena em direitos.

---

**Seminário estimula agricultores a produzir água e receber reembolso. Rafaela Ribeiro e Luciene Assis – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/03/2015**

*Programa que prevê pagamento por serviços ambientais atualiza ações de proteção hídrica*

Começou na manhã desta terça-feira (17/03), em Brasília, o Seminário do Programa Produtor de Água. O encontro reúne os parceiros e representantes dos 38 projetos que

estão em andamento em diversos estágios diferentes. “Temos aqui 187 participantes, entre técnicos, prefeitos, secretários de Meio Ambiente, parceiros e representantes de oito Estados da federação”, destacou o gerente de Articulação e Comunicação da Agência Nacional de Águas (ANA), Antônio Félix Domingues. “Teremos grandes oportunidades de trocas de experiências. Encontro como este pode poupar projetos que estão em fase inicial de cometer as mesmas falhas dos mais antigos.”

O foco do programa é o estímulo à política de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), voltada à proteção hídrica no Brasil. Assim, o governo federal apoia projetos que visem a redução da erosão e do assoreamento de mananciais no meio rural, melhorando a qualidade e a oferta. A iniciativa presta apoio técnico e financeiro à montagem dos arranjos de pagamento por serviços ambientais e para a execução das ações de conservação de solo e água nos diversos projetos existentes.

### *BACIAS HIDROGRÁFICAS*

A iniciativa destina-se, também, a melhorar bacias hidrográficas que abastecem as populações e é desenvolvida por intermédio das prefeituras, com a participação de vários parceiros, como a Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural (Emater) e universidades, informou o representante da ANA no programa em execução no Pípiripau, Rossini Matos Sena. O município de Igarapé, na região metropolitana de Belo Horizonte, já desenvolve um projeto de recuperação de nascentes semelhante ao coordenado pela ANA desde 2009: “Vimos no programa da ANA uma oportunidade de melhorar e ampliar o nosso, pois o que nos move é a nossa responsabilidade com a questão ambiental”, disse o prefeito José Carlos Gomes Dutra.

Segundo o coordenador do Programa Produtor de Água da ANA, Devanir Garcia dos Santos, procura-se trabalhar todo o espaço rural para melhorar a qualidade e a quantidade da água naquela bacia. “O produtor rural deixa de ser vilão para ser o grande parceiro na mobilização para garantir os recursos hídricos”, ressaltou.

O diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Viçosa, Minas Gerais, Antônio Lima Bandeira, espera, até junho, implantar o programa para, em breve, pagar os produtores pelo serviço ambiental prestado ao município, onde nasce e desemboca o ribeirão São Bartolomeu. Sua bacia abrange 3.500 km<sup>2</sup>: “Vamos transformar toda a região da bacia em Área de Proteção Ambiental (APA) por meio de lei municipal, pois o ribeirão está numa área onde há um conjunto de represas onde fica o campus da Universidade Federal de Viçosa”, explicou.

O secretário de Meio Ambiente de Extrema, também em Minas, Paulo Henrique Pereira, que há duas décadas atua na preservação e recuperação de nascentes, recomenda a quem aderir ao Programa Produtor de Água que faça, antes, um diagnóstico bem definido do local, priorizando a boa gestão, conseguindo bons parceiros e financiadores. “É estratégico, também, mobilizar e convencer os agricultores, trabalho que me consumiu dois anos de atuação e permitiu firmarmos 180 contratos, com uma área de 7.300 hectares abrangida pelo programa, recuperamos 700 nascentes e plantamos um milhão de mudas de árvores”, comemorou.

---

## **Agroecologia e produção orgânica terão novo plano. Leticia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 18/03/2015**

*Redução do uso de agrotóxicos, sociobiodiversidade, sementes, insumos e linhas de crédito foram discutidos entre governo e sociedade civil*

A Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) realizou, nesta terça e quarta-feira (17 e 18/03), no Palácio do Planalto, em Brasília, a 10ª Reunião Ordinária. Na pauta, entre outros assuntos, as principais metas para o novo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e como essas metas poderão compor o Plano Plurianual (PPA) 2016 a 2020. Um novo eixo temático foi sugerido: reforma agrária e territorialidade, para somar aos já existentes produção, recursos naturais, conhecimento e comercialização.

A proposta do novo eixo ainda será avaliada, conforme explicou o gerente de Políticas Agroambientais do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Eduardo Soares. A CNAPO é formada por representantes da sociedade civil envolvidos com a produção agroecológica do Brasil e por representantes do governo. Ao MMA cabe o monitoramento de políticas públicas desenvolvidas com povos extrativistas e comunidades tradicionais e aspectos como a relação com a floresta, sua conservação e preservação.

### *CRÉDITO*

Para o agricultor Ernesto Kasper, da cooperativa de citricultores Ecocitrus de Montenegro (RS) e presidente da Associação Brasileira da Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista (Abrabio), o próximo Planapo deveria auxiliar na disponibilização de linhas de crédito para cooperativas. Ele destacou que a Ecocitrus já utiliza o gás metano como combustível para veículos da cooperativa e como energia elétrica para usina de compostagem.

“Nesta terça-feira começou a funcionar o gerador que vai zerar a conta de R\$ 20 mil que tínhamos de energia elétrica”, comemorou. O gerador de biocombustível foi viabilizado graças à parceria com o consórcio Verde Brasil e a Naturovos, maior produtora de ovos do Rio Grande do Sul. “O esterco de galinha é usado nos biodigestores, que geram biofertilizante e gás metano”, explica Kasper. As 70 famílias cooperadas da Ecocitrus produzem alimentos sem uso de fertilizantes químicos ou agrotóxicos.

Segundo o gerente de Agroextrativismo do MMA, Gabriel Domingues, está previsto para maio o Seminário Nacional da Sociobiodiversidade. Na ocasião, será debatido um programa nacional do setor. O MMA, junto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), coordena a subcomissão temática da sociobiodiversidade da CNAPO. De 24 a 31 de maio acontecerá a Semana Nacional de Alimentos Orgânicos em todo o Brasil.

### *SEM AGROTÓXICO*

O sistema de produção orgânica se baseia em princípios de agroecologia que buscam viabilizar a produção de alimentos e outros produtos necessários ao homem de forma

harmônica com a natureza, com relações comerciais e de trabalho justas e valorização da cultura e do desenvolvimento local.

De acordo com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, a CNAPO é fundamental para alcançar o consenso sobre as políticas agroambientais, pois reúne movimentos sociais e governo. “O debate é necessário para buscar uma agricultura saudável, ecológica e ao mesmo tempo produtiva, que garanta a rentabilidade e sustentabilidade dos agricultores”, disse. “Os médicos afirmam que o alto índice de pessoas com câncer está diretamente relacionado com a alimentação envenenada”. Está em andamento na CNAPO o Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara).

Já o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto, reafirmou o compromisso do governo com o Plano. “Teremos um ato simbólico na próxima semana: a presidenta Dilma vai ao Rio Grande do Sul participar do início da colheita de arroz orgânico do estado, num assentamento da reforma agrária”, destacou. Rossetto lembrou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como instrumento para a política de fortalecimento da agricultura orgânica, uma estratégia de segurança e qualidade alimentar para o país.

---

### **Ministra pede agilidade no CAR na reunião do renovado Conama. Paulenir Constâncio – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 18/03/2015**

#### *Programas de recuperação de áreas de preservação ambiental e reservas legais só começam após cadastramento*

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, abriu a primeira reunião ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente em 2015 nesta quarta-feira (18/03), em Brasília, pedindo aos secretários estaduais do setor que agilizem a adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). Ela anunciou que os ministérios do Meio Ambiente e Agricultura, Pecuária e Abastecimento vão lançar, em abril, uma campanha nacional pelo cadastramento. Até agora, o CAR já cadastrou 40% de todo o território previsto. Para dar início aos programas de recuperação de áreas de preservação ambiental e reservas legais, os produtores rurais precisam estar cadastrados.

“Alguns Estados já estão bastante avançados, com mais de 70% do território cadastrado, e outros com pouco mais de 1%”, disse a ministra. Lembrou que o Governo Federal repassou mais de R\$ 300 milhões aos estados para viabilizar o cadastro e o prazo está chegando ao fim (maio). Segundo ela, não se pode discutir o adiamento de forma simplista. “A expectativa de prorrogação dos prazos não é trivial”, disse. “Requer um decreto, que é prerrogativa da presidência”.

A plenária do Conama passou por uma renovação de mais de 40% para os próximos quatro anos. Isso ocorre a cada eleição para governador e desta vez houve também uma renovação na representação dos movimentos sociais, com a entrada de novos membros de organizações não governamentais (ONGs). Durante a reunião, a ministra Izabella Teixeira manifestou o seu apoio a integrantes do movimento ambientalista #SOSMaisCerrado. Ela defendeu a priorização e a recuperação da vegetação do bioma.

---

**Patrus Ananias participa de Reunião da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Ranyelle Andrade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 18/03/2015**

Representantes do Governo Federal e da sociedade civil se reuniram nesta quarta-feira (18), no Palácio do Planalto, para discutir as atividades e perspectivas do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, estava presente na 10ª Reunião da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo) e salientou a importância da participação social na promoção do desenvolvimento rural com o uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. “Existem temas que não podem ser discutidos sem a participação da sociedade. É esse o caso. Estamos falando de sustentabilidade, de recursos hídricos, dos nossos compromissos com as gerações futuras.”

Em sua fala, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Miguel Rossetto, reafirmou o compromisso do Governo Federal com o Plano, destacando a visita que a presidenta Dilma Rousseff fará nesta sexta-feira (20) a um assentamento no Rio Grande do Sul. “Quando a presidenta da República prioriza em sua agenda a visita a um assentamento da Reforma Agrária para participar do início da colheita de uma cultura orgânica, é um símbolo importante. Significa que um plano saiu do papel para fazer parte da vida das pessoas. É por isso que a participação da sociedade é tão relevante. Nós estamos fazendo a diferença.”

A presidenta Dilma Rousseff visita o Rio Grande do Sul atendendo um pedido do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ela participa da abertura da colheita do arroz orgânico no assentamento de Eldorado do Sul, produção viabilizada por meio de políticas públicas do Governo Federal.

*Sobre a Comissão*

A Comissão Nacional da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é formada por representantes de 14 órgãos e entidades do executivo federal e por 14 entidades titulares e 14 entidades suplentes representantes da sociedade civil. O objetivo do colegiado é promover a participação da sociedade na elaboração e acompanhamento do Plano e da Política de Agroecologia.

Em sua 10ª reunião, a Comissão debateu as atividades da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), que visa integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica. O documento prevê a elaboração de um plano com metas e prazos a serem cumpridos pelo governo e determina elementos como a concessão de crédito, seguro, assistência técnica e pesquisa para ampliar a produção de base agroecológica no Brasil.

**Código Florestal reduzirá perda da biodiversidade, afirma ministra. Paulenir Constâncio – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 19/03/2015**

*Izabella Teixeira faz apelo público, no Senado, para que produtores se inscrevam no CAR.*

A implantação do novo Código Florestal, a partir do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Programa de Recuperação Ambiental, vai mudar o panorama da conservação da biodiversidade no Brasil. A análise é da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que falou nesta quinta-feira (19/03) em colóquio promovido pelo Senado em Brasília. “Faço um apelo pela biodiversidade, aos produtores rurais, aos Estados e aos municípios para que agilizem o cadastramento”, afirmou. “O CAR - previsto pelo novo código - é necessário para dar início à recuperação das áreas desmatadas ilegalmente”.

De acordo com a ministra, é primeira vez que uma ação de governo na área ambiental consegue engajar os ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura e setores produtivos que vão desde a agricultura familiar ao agronegócio. Todos reconhecem que é possível produzir sem novos desmatamentos e que a recuperação das áreas de preservação permanente e reservas florestas, prevista pelo Programa de Recuperação Ambiental criado pelo Código, vai inaugurar um novo padrão de produção e produtividade na agropecuária brasileira.

### *MUDANÇAS*

Izabella defendeu as mudanças que, segundo explica, serão uma consequência da implantação do novo Código. Para ela, em vez de um programa de agricultura de baixo carbono (ABC) - que existe hoje no Ministério da Agricultura - o País caminhará para uma agricultura brasileira de baixo carbono, com toda a sua produção sustentável.

O senador Jorge Vianna (PT-AC), relator do projeto de lei complementar (PLC) 02/2014 de acesso ao uso e repartição dos benefícios da biodiversidade que tramita no Senado, defendeu a política de combate ao desmatamento. "Estamos trocando uma agenda de destruição dos nossos recursos naturais, por uma agenda de desenvolvimento sustentável", afirmou. Ele disse acreditar que o projeto, de iniciativa do Governo Federal, deverá voltar à Câmara, onde já foi aprovado, para alguns ajustes. “Mas acredito que estará aprovado até julho”, previu.

O Brasil é signatário do Protocolo de Nagoya, que trata do acesso aos recursos genéticos e da repartição dos benefícios pela sua utilização com fins comerciais. O documento está no Congresso aguardando ser ratificado, condição para que um tratado internacional se torne norma interna de um país.

Mas, para que isso ocorra, é necessária a aprovação de um conjunto de normas internas, a exemplo da lei da biodiversidade em análise. O PLC, que substituirá medida provisória que já foi reeditada 16 vezes, é considerado um avanço no marco regulatório da biodiversidade. Se aprovado, facilitará a pesquisa, contribuirá para inibir a biopirataria e criar regras mais seguras para a distribuição de benefícios com as comunidades tradicionais e povos indígenas.

### *INVENTÁRIO*

Izabella Teixeira informou que o Brasil concluiu recentemente o maior inventário de fauna do mundo, elaborou a lista de espécies em risco de extinção e conseguiu reduzir para 4,8 mil Km<sup>2</sup> a taxa de desmatamento, que já chegou a atingir 27 mil Km<sup>2</sup>. A meta brasileira até 2020 é de 3,8 mil Km<sup>2</sup> e a expectativa é atingi-la bem antes do

previsto. Os avanços, segundo explica, são frutos de uma política ambiental que visa preservar as florestas e respeitar as pessoas que nela vivem.

---

**Para Dilma, o Brasil tem de saber que a agroecologia é possível – Site do MST. 20/03/2015**

*A presidenta participou da 12ª Festa da Colheita do Arroz Agroecológico, no Rio Grande do Sul.*

Nesta sexta-feira (20), a presidenta Dilma Rousseff participou da 12ª Festa da Colheita do Arroz Agroecológico, nos Assentamentos Integração Gaucha e Lanceiros Negros, em Eldorado do Sul, região metropolitana de Porto Alegre (RS).

Na ocasião, a presidenta elogiou a nova estrutura da unidade de secagem e armazenagem de arroz da Cooperativa dos Trabalhadores em Assentamentos da Região de Porto Alegre (Cooptap), com capacidade para 80 mil sacas.

“O Brasil tem de saber que isso é possível. Falo da abertura oficial da colheita desse arroz agroecológico e mostro, ao falar disso, uma estrutura que está baseada nos assentados da reforma agrária que mostra a qualidade e as possibilidades que um assentamento de reforma agrária tem para o Brasil”, disse às mais de 5 mil famílias assentadas do MST gaúcho, ao acrescentar que a “agricultura familiar baseada em assentamentos da reforma agrária é um alto negócio para as famílias e para o país”.

A nova unidade de secagem e armazenagem de arroz teve financiamento de R\$ 3,4 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do programa Terra Forte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Atualmente, a maior produção de arroz orgânico do país é oriunda dos assentamentos gaúchos, que possuem uma área cultivada de 4 mil hectares, envolve mais de 450 famílias, em 14 assentamentos. A meta da safra de 2015 é atingir a produção de 443 mil sacas.

“Estou aqui saudando três pilares, que estruturam a reforma agrária. Primeiro, a existência de trabalhadores, agricultores e agricultoras, de famílias que se organizaram em cooperativas; segundo, que não ficaram só na produção e que estão apostando em algo muito importante que é a produção agroecológica, perto de uma grande metrópole como é Porto Alegre. E portanto, criaram não só a produção, mas o beneficiamento, armazenagem, o ensacamento e como estava dizendo para mim o presidente da cooperativa, aqui onde nós estamos vai ser a indústria, o que é muito simbólico, nós estamos justamente em cima do lugar onde vai ser construída essa indústria”, disse a presidenta.

---

**Dilma salienta importância da agricultura familiar e de assentamentos da reforma agrária para o desenvolvimento rural. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 20/03/2015**

“Nós queremos que a agricultura familiar e os assentamentos da reforma agrária, tenham produção e industrialização que agreguem valor. O que está construído aqui é

uma alternativa real para erradicação da pobreza rural. Um tripé: cooperativismo, agroindustrialização e agroecologia. Demonstrando uma reforma agrária moderna direcionada para o crescimento, para o futuro”, afirmou a presidenta Dilma Rousseff, após inaugurar a unidade de secagem de arroz, no assentamento Lanceiros Negros, em Eldorado do Sul (RS), nesta sexta-feira (20).

Segundo a presidenta, o Brasil tem que saber que é possível produzir arroz de alta qualidade, de forma agroecológica, com desenvolvimento sustentável baseado nos assentados da reforma agrária. “Agora estas famílias vão ter condições de ter uma renda digna e de garantir um futuro melhor para seus filhos. Essa é uma experiência que deu certo”, enfatizou a presidenta, que anteriormente participou da abertura da 12ª Colheita do Arroz Agroecológico no estado.

Dilma garantiu, para os mais de seis mil presentes no ato de inauguração, que o Pronatec Campo e o Minha Casa Minha Vida Rural continuarão sendo prioridades do governo. “A reforma agrária amadureceu em qualidade. Queremos que os assentamentos sejam espaços de vida, não só de produção rural. Para isso, reforço meu compromisso com a manutenção desses programas que asseguram moradia e capacitação, bem como os que garantem a comercialização.”

“Este é o Brasil que queremos, um país complexo, com uma agricultura familiar forte, um alto negócio para as famílias, um alto negócio para o País. Para isso, temos garantindo, desde 2003, a expansão do Pronaf, do seguro que protege o agricultor, além de facilitar a compra de equipamentos e garantir assistência técnica”, disse a presidenta Dilma.

Ao falar do seu compromisso com a reforma agrária, Dilma apontou as expectativas para o tema. “Queremos uma reforma agrária que crie condição de vida digna no campo, queremos que a tecnologia seja absorvida. Assistência técnica não é só ensinar a plantar, mas garantir, por exemplo, acesso à internet, para que os jovens possam viver em assentamentos da mesma forma como vivem no meio urbano.”

Este ano, a expectativa é que sejam colhidos mais de 24 mil toneladas de arroz orgânico, nos cerca de cinco mil hectares plantados, em assentamentos gaúchos. São quase 500 famílias articuladas na produção sem o uso de produtos químicos.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, destacou que a presença da presidenta da República na abertura da colheita é parte de um permanente diálogo do Governo Federal com a sociedade. “O Brasil é um país de muitas vozes, unido em sua diversidade cultural, regional e social. Essa diversidade é que faz a riqueza do nosso país, em sintonia com a nossa constituição cidadã”, observou ao salientar que o MDA tem dois grandes compromissos para os próximos quatro anos: assentar com dignidade todas as famílias sem-terra no Brasil e garantir que os assentamentos sejam espaços para o desenvolvimento, para produção de alimentos, bem como um espaço onde os jovens possam seguir no caminho certo.

Também participaram do ato: o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto; o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Pepe Vargas; a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello; o governador do RS, José Ivo Sartori; o prefeito de Eldorado do Sul, Sérgio Munhoz;



João Pedro Stédile, da Direção Nacional do MST; parlamentares federais e estaduais; além de delegações de movimentos sociais vindas do interior do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná.

#### *Investimento em infraestrutura*

A unidade de secagem de arroz foi viabilizada por meio de convênio, do Programa Terra Forte do Incra, entre o BNDES e o governo do RS, com o repasse federal de R\$ 3,4 milhões. O recurso viabilizou a realização da obra que tem capacidade para processar 100 mil toneladas de arroz por safra. Com a inauguração dessa unidade de processamento e armazenagem, a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados na Região de Porto Alegre (Coopat) tem capacidade de agroindustrializar 392 mil toneladas de arroz a cada safra.

Emerson Giacomelli, coordenador da Coopat, realçou que com o trabalho dos assentados e o apoio do Governo Federal, foi possível criar um polo de produção de arroz orgânico. “Essa terra livre de cercas, de veneno e agrotóxicos, reafirma a condição da reforma agrária como produtora de alimentos saudáveis”, ressaltou ao pontuar que os assentados já têm autonomia na produção de sementes de arroz agroecológico.

#### *Reforma agrária mudando vidas*

“Sempre lutei para ter terra, desde a criação do MST nos anos 80. A reforma agrária me deu condições para criar e educar meus três filhos, de ter uma vida melhor, de conquistar o sonho da terra”, lembrou, emocionada, a assentada, Juraci Lima de Oliveira, que compareceu ao ato. Em 1987, sua luta foi recompensada com a conquista de 12 hectares no assentamento Itapuí, em Nova Santa Rita, na região metropolitana da capital gaúcha.

Juraci conta que na década de 90 começou a produzir verduras sem o uso de agrotóxicos e adubos químicos. “No começo a gente viu que dava certo e que era mais barato e melhor para a saúde. Depois disso, nos unimos a outro assentamento e começamos a produzir na área coletiva arroz orgânico. Isso mudou nossa vida, garantiu uma renda melhor e também uma grande visibilidade para nosso trabalho como assentados.”

#### *Diálogo com os movimentos sociais*

Após participar da agenda com a presidenta Dilma, o ministro Patrus Ananias, recebeu representantes da Via Campesina. A reunião serviu para estreitar o diálogo entre o Governo Federal e os movimentos sociais.

---

### **Assentados da Paraíba comercializam 20 toneladas de alimentos orgânicos em feira agroecológica – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/03/2015**

Agricultores de 56 assentamentos na Paraíba participaram, nesta quinta-feira (19), da terceira edição do Dia Estadual de Combate ao uso de Agrotóxicos, na praça de eventos do Ponto Cem Réis, no centro de João Pessoa. Das 7h às 14h, a Feira Agroecológica da reforma agrária comercializou 20,5 toneladas de alimentos cultivados sem agrotóxicos,

o equivalente a 85% dos produtos levados para esta edição do evento – um recorde desde a criação da feira.

Em cerca de 120 barracas padronizadas, os visitantes conheceram um pouco da diversidade de alimentos produzida por assentamentos da reforma agrária paraibanos, incluindo mandioca/macaxeira, batata, inhame, hortaliças, comidas típicas, ovo de galinha de capoeira, frutas, legumes, alimentos beneficiados e peças artesanais, entre outros produtos das regiões do Alto e Médio Sertão, Brejo, Curimataú, Borborema, Zona da Mata Norte e Sul.

Várias tendas foram montadas para a divulgação das atividades promovidas pelo Incra/PB e por entidades parceiras. Também houve um espaço para as falas das autoridades presentes e para apresentações culturais, como um grupo de ciranda e um trio de forró pé-de-serra.

O superintendente do Incra/PB, Cleofas Caju, elogiou os assentados pela iniciativa da feira, parabenizou os organizadores e destacou os incentivos do Governo Federal à reforma agrária e à produção agroecológica. “A produção de alimentos sem agrotóxicos é o grande diferencial dos assentamentos da reforma agrária. A transição da agricultura tradicional para a agricultura orgânica é estimulada pelas entidades contratadas pelo Incra para prestar Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nos assentamentos paraibanos”, afirmou.

Para Tânia Maria, da coordenação estadual da Comissão Pastoral da Terra (CPT), 19 de março é um dia de celebrar uma conquista que é resultado de anos de luta. “Hoje é dia de comemorar a mudança no comportamento dos agricultores na plantação, no cultivo e na produção de alimentos. É o dia de mostrar que é possível produzir de forma responsável, sem prejudicar o meio ambiente e a saúde das pessoas”, afirmou.

O agricultor Antônio Pádua, do assentamento Novo Salvador, no município de Jacaraú, disse que é fundamental conscientizar a população sobre a importância de se consumir produtos orgânicos. “Hoje é um dia de alertar a população sobre a quantidade de agrotóxicos consumida anualmente por cada brasileiro, que é em média de cinco litros e meio. É preciso mostrar para essas pessoas que consumir produtos naturais é estar em defesa da vida”, disse.

A recepcionista Valéria Oliveira, de 42 anos, contou que descobriu na feira a quantidade de agrotóxicos que consome e prometeu rever os alimentos que compra para a família. “Não sabia que os produtos que compro levavam tanto veneno. Confesso que fiquei surpresa e vi que está na hora de repensar minha alimentação e os produtos que levo pra casa. Descobri que no meu bairro tem uma feira agroecológica e vou começar a frequentá-la”, afirmou.

A atividade foi promovida pelo Incra/PB, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), pelo Instituto de Assessoria a Cidadania e Desenvolvimento Sustentável (IDS) e pela CPT. A feira contou com o apoio de diversos parceiros que atuam no contexto da reforma agrária, como a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer (Sejel), a Secretaria Estadual da Mulher e da

Diversidade Humana (Semdh), a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (Sedh), o Fórum Estadual de Economia Solidária, os Núcleos de Agroecologia, empreendimentos solidários, os movimentos e organizações sociais do campo, as entidades de ATER e as prefeituras municipais de João Pessoa, Pedras de Fogo e Alagoa Grande.

O evento tem como base a Lei estadual 9.781/2012, de autoria do deputado estadual Frei Anastácio, que institui o Dia Estadual de Combate ao uso de Agrotóxicos, com o objetivo de despertar a população para consumo de produtos saudáveis e ambientalmente sustentáveis.

#### *Feiras agroecológicas*

Em todo o estado são cerca de 40 feiras agroecológicas realizadas por assentados da reforma agrária. Algumas delas são realizadas em João Pessoa: às sextas-feiras, no Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); aos sábados, no Bairro do Bessa, nas proximidades do Clube dos Médicos; e outra no pátio do Departamento Nacional de Obras Contra As Secas (Dnocs), no Bairro dos Estados.

---

#### **Nova Unidade de Conservação Ambiental na Amazônia prejudicará agricultores – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 20/03/2015**

A criação de uma unidade de conservação ambiental, numa área de quase 1 milhão e 500 mil hectares, envolvendo os municípios amazonenses de Manicoré (Distrito de Santo Antônio do Matupi) e Apui, poderá trazer graves transtornos sociais e problemas econômicos a região já ocupada por produtores agrícolas e projetos pecuários. A informação é do presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (FAEA), Muni Lourenço Silva Júnior, após encontro realizado com o presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Roberto Vizentin.

O presidente do ICMBio, segundo relatou Muni Lourenço, mostrou-se disposto a abrir diálogo com as lideranças representativas da região, tanto de produtores quanto de políticos do Amazonas que estão preocupados com as consequências negativas da proposta. Em princípio poderão ser prejudicadas pela criação dessa nova unidade de conservação 100 famílias de produtores rurais e 150 planos de manejo sustentável, numa área onde estão sete mil cabeças de gado, com produção de carne e leite.

A decisão de propor a criação da unidade de conservação ambiental foi tomada no final do ano passado pela Câmara Técnica de Destinação Massiva, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e integrada por entidades como a Fundação Nacional do Índio (Funai), ICMBio, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretária do Patrimônio da União (SPU) e a Secretaria da Biodiversidade. Este órgão define e propõe a criação de áreas voltadas para a preservação do meio ambiente no país.

Análise cuidadosa - O presidente da FAEA destacou a seriedade da questão e disse ser preciso uma análise cuidadosa do tema pelo poder público. A decisão de criar a unidade de conservação foi “tomada sem nenhuma consulta ao governo do Amazonas e aos

prefeitos dos municípios”, lembrou o presidente da FAEA. O que estamos reivindicando, disse ele, é a “reavaliação da medida de modo a proteger pequenos e médios produtores rurais da região”.

O fato é que, caso seja mantida a criação da referida unidade de conservação - ainda na dependência de um decreto da presidente Dilma Rousseff para a sua efetivação – estará sendo colocada “em risco empreendimentos pecuários numa área com cinco mil hectares de pastagens e de criação de gado bovino”, acrescentou o presidente FAEAL.

O presidente da FAEAL encontra-se em Brasília, tratando do assunto, desde quarta-feira (18), onde manteve diversos encontros com lideranças políticas do Congresso Nacional, do Governo Federal, além de uma conversa com o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins. Muni Lourenço está acompanhado de 20 produtores rurais e de líderes como o representante da Associação dos Produtores Rurais e Pecuáristas do Matupi, Fábio Carvalho, e do pecuarista da região que pode ser afetada pela criação dessa unidade de conservação, Eduardo Zucolotto, além de advogados da assessoria jurídica da CNA. Houve, também, uma audiência do grupo com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Está participando também das conversas, em Brasília, a Secretária do Meio Ambiente do Estado do Amazonas, Kamila Amaral.

---

### **Rossetto defende produção agroecológica e orgânica como opção estratégica para o país – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 20/03/2015**

*O ministro Miguel Rossetto defendeu a produção dos produtos agroecológicos e orgânicos em grande escala, durante o encerramento da 10ª Reunião da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.*

O encontro com representantes da sociedade civil e órgãos do Executivo ocorreu no auditório do Palácio do Planalto, em Brasília (DF). Rossetto reafirmou o compromisso do governo federal com o Plano Nacional de Produção Agroecológica e Produção Orgânica, para o ministro, uma opção estratégica para o Brasil. “O nosso projeto de governo representa uma outra forma de ver o país, com respeito a homens e mulheres, respeito à terra, à água e ao ar.” Um exemplo claro desta opção, destacou, é a visita da presidenta Dilma Rousseff a um assentamento de reforma agrária no Rio Grande do Sul, nesta sexta-feira. A presidenta vai participar da abertura da colheita do arroz orgânico em Eldorado do Sul, produção viabilizada por meio de políticas públicas do Governo Federal.

O ministro Patrus Ananias (Desenvolvimento Agrário) salientou a importância da participação social na promoção do desenvolvimento rural com o uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. “Existem temas que não podem ser discutidos sem a participação da sociedade. É esse o caso. Estamos falando de sustentabilidade, de recursos hídricos, dos nossos compromissos com as gerações futuras”.

*Sobre a Comissão*

A Comissão Nacional da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é formada por representantes de 14 órgãos e entidades do executivo federal e por 14 entidades titulares e 14 entidades suplentes representantes da sociedade civil. O objetivo do colegiado é promover a participação da sociedade na elaboração e acompanhamento do Plano e da Política de Agroecologia.

Em sua 10ª reunião, a Comissão debateu as atividades da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), que visa integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica. O documento prevê a elaboração de um plano com metas e prazos a serem cumpridos pelo governo e determina elementos como a concessão de crédito, seguro, assistência técnica e pesquisa para ampliar a produção de base agroecológica no Brasil.

---

### **Merenda escolar em São Paulo terá produtos orgânicos – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 20/03/2015**

*Legislação aprovada nesta semana fortalece a agricultura familiar com a compra de alimentos mais saudáveis para as crianças e adolescentes da rede pública*

Brasília, 20 – A partir de agora, o maior município do país, São Paulo, vai oferecer alimentos da agricultura familiar e produtos orgânicos ou agroecológicos para a alimentação de crianças e adolescentes da rede pública de ensino. Todos os dias mais de 2 milhões de refeições são ofertadas na capital paulista.

A lei municipal sancionada na quarta-feira (18) fortalece a agricultura familiar e garante alimentação saudável semelhante às compras institucionais realizadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A lei também garante o pagamento até 30% maior para os produtos orgânicos do que para produtos convencionais.

O estado do Paraná e o município de Pouso Alegre (MG) também criaram um marco legal e adotaram a mesma medida para garantir alimentos mais saudáveis para os alunos com a compra de alimentos orgânicos. Desde 2013, a aquisição de alimentos da agricultura familiar para a merenda escolar na capital paulista teve uma alta considerável: subiu de 1% para 17% das compras.

De acordo com a coordenadora da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), Patrícia Gentil, esse tipo de ação é inovadora por qualificar a alimentação dos alunos do município. “A escola é um espaço de promover hábitos mais saudáveis. A lei, ao mesmo tempo, favorece a agricultura familiar da região ao abrir um mercado institucional para a produção.”

“Quando se tem uma legislação, a gente passa a ter o alicerce de uma política de estado. O prefeito poderá sair que o novo postulante ou quem estiver no cargo terá de cumprir. Essa legislação municipal dialoga estreitamente com a legislação federal”, afirmou a diretora do Departamento de Alimentação Escolar da Prefeitura de São Paulo, Erika Fischer.

Conselho Municipal – São Paulo também caminha para a adesão ao Sistema Nacional

de Segurança Alimentar e Nutricional. Na quarta-feira (18), também foi retomada a atuação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar (Comusan) para articular ações em parceria do poder público com a sociedade civil voltadas para a alimentação saudável.

Entre as pautas prioritárias está a discussão de propostas para as conferências municipal, estadual e nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a adesão ao Sistema Nacional. Até o momento, 89 municípios e todos os municípios, além do Distrito Federal, fazem parte do Sisan.

Para fazer a adesão ao sistema, é necessário criar uma Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, composta pelas secretarias ligadas ao tema. Além disso, estados e municípios devem elaborar um Plano de Segurança Alimentar e Nutricional e instituir um Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, entre outros requisitos.

O Sisan é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e tem o objetivo coordenar as ações públicas em segurança alimentar e nutricional e articular a integração entre os entes federados e a sociedade civil. A partir da adesão, os estados e municípios podem formular e implementar suas políticas de forma mais integrada e promover o acompanhamento, monitoramento e avaliação da situação de alimentação e nutrição local e, ainda, podem verificar o impacto dos programas federais na sua população.

---

**Comunidades indígenas da Bahia apresentam ao MDA demandas para melhorar escoamento da produção. Jalila Arabi – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 21/03/2015**

Representantes de 40 comunidades indígenas do estado da Bahia se reuniram com servidores do Ministério do Desenvolvimento Agrário, nessa sexta-feira (20). Os índios apresentaram as dificuldades e demandas dos povos, como a utilização das máquinas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) e serviços para melhorar o escoamento da produção local.

Os cerca de dez representantes de quatro povos e 40 comunidades relataram que vêm sofrendo dificuldade com a utilização dos veículos. O coordenador do PAC 2 no MDA, Lucas Ramalho, adiantou que o ministério tomará as devidas providências para melhorar a situação dos índios. “Nós iremos oficializar as prefeituras dos municípios de Euclides da Cunha e de Banzaê, onde estão localizadas essas comunidades, para que se tomem as providências necessárias para a utilização das máquinas para a manutenção das estradas vicinais.”

Em relação aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), que é uma reivindicação antiga das comunidades, o coordenador-geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira, afirmou que o ministério vem intensificando cada vez mais as ações para esse público. “O MDA vem fazendo lançamento de chamadas para a prestação de serviços de Ater. Muitas famílias já vêm sendo assistidas e vamos ampliar esse número, inclusive contemplando as comunidades aqui presentes.”

O atual secretário do movimento indígena no estado da Bahia, Kâhu Pataxó, considerou positivo o encontro. “Ficamos agradecidos, porque a gente já tem avançado nessas demandas. Estamos pontuando para ver onde ainda precisamos avançar no escoamento da produção e nos serviços de Ater. Temos visto o compromisso do MDA em atender as nossas comunidades e a expectativa é muito boa.”

---

### **Com filmes ecológicos, show musical e de artistas circenses, CNA lança programa Nacional de Proteção de Nascentes – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 22/03/2015**

Domingo (22/3) foi dia de reunir a família e de contribuir para a preservação das nascentes de água em todo o Brasil. Esse foi o exemplo que o casal Silvio e Andréia Venturoli procurou passar para o pequeno Benjamin, de um ano e meio. A família do engenheiro agrônomo e da bióloga participou do lançamento do Programa Nacional de Proteção de Nascentes, uma iniciativa da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), realizada no Parque Olhos D’água, em Brasília (DF).

“É muito importante levar informações para a sociedade. A água está perdendo qualidade e está cada vez mais escassa. Precisamos saber preservar e consumir de maneira racional, assim como cuidar do solo e evitar assoreamentos”, opina Silvio.

Durante o evento - que também fez parte das celebrações do Dia Mundial da Água, comemorado na mesma data – foram distribuídos brindes e material informativo sobre o passo a passo para a proteção das nascentes. As pessoas que estiveram no local puderam assistir, ainda, à apresentação da companhia de circo Cia. Circênicos e a shows dos cantores brasilienses Célia Porto, Renato Mattos e da banda Liga Tripa.

Tendo como tema “Proteja uma nascente em um dia”, o programa tem a ambição de proteger mil nascentes neste ano, nas áreas rurais todo o País. Com essa iniciativa e as demais ações que já são desenvolvidas, a entidade demonstra a preocupação do setor agropecuário com a qualidade da água e a preservação da biodiversidade brasileira.

“O produtor rural é um dos maiores interessados em proteger as nascentes, pois a água é um bem muito precioso e o principal insumo para a produção de alimentos. Queremos sensibilizar toda a sociedade sobre a importância desse assunto para juntos garantirmos a preservação dos mananciais e a oferta de água em quantidade e qualidade”, ressalta o superintendente técnico da CNA, Bruno Lucchi.

O foco do programa é mostrar à sociedade brasileira que a conservação das nascentes é possível. Basta apenas seguir cinco passos. O primeiro é identificar o tipo de nascente, entre três existentes: nascentes de fundo de vale, nascentes de encosta e nascentes de contato. A etapa seguinte é cercar a nascente para protegê-la. Depois, é necessário limpar a área para não obstruir o curso natural da água. A conservação do solo é outra ação fundamental deste processo para evitar a erosão, promovendo a infiltração da água e evitando o soterramento da nascente. Por último, o replantio de espécies nativas, pois a proteção do solo com vegetação própria de determinada região é uma das formas mais eficientes de proteção da nascente.

“Muita gente acha que a água nasce da torneira. Mesmo quem mora em um apartamento ou numa casa que não tenha uma nascente pode ajudar a preservar. Esses cinco passos são muito simples e com eles podemos conservar a qualidade da água. Dessa forma, todos estarão fazendo um bem não só para nós mesmos, mas para nossos vizinhos, para a sociedade e para um futuro melhor”, declara o assessor técnico da CNA, Nelson Ananias.

#### *Parceria com o SENAR*

Para que a meta do programa seja alcançada, a parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) será essencial. Em todos os cursos promovidos pela entidade haverá um módulo sobre a proteção de nascentes e, além disso, o conteúdo será repassado pelos mais de cinco mil instrutores da entidade para os produtores rurais durante as capacitações e visitas técnicas.

“A ideia é trabalhar a preservação de nascentes de forma transversal em nossas atividades. Sabemos que é uma atitude simples, porém os produtores ainda têm muitas dúvidas. Não sabem se precisa plantar mudas, limpar a área e ou como fazer para proteger. Nossos instrutores podem passar essas informações em poucas horas e além de capacitar, poderão acompanhar a execução junto aos produtores”, explica o secretário executivo do SENAR, Daniel Carrara.

O bancário aposentado Wanderley Corrêa Peres foi até o Parque Olhos D’água para acompanhar o lançamento do novo programa da CNA e buscar mais informações com a intenção de conscientizar os vizinhos da sua chácara, localizada no Assentamento 26 de Setembro, na área rural de Taguatinga (DF). Na opinião dele, o público precisa conhecer o assunto e as campanhas devem ser feitas, principalmente, dentro das escolas.

“Cresci bebendo água de nascente e quando vejo alguém aterrar um olho d’água me dói o coração. Quero plantar árvores e proteger uma nascente que tenho na minha propriedade para que ela fique perene o ano todo, e não somente na época de chuvas. Também vou conversar com a associação de moradores para que todos façam a sua parte”, avisa.

---

#### **MDS e Conab lançam chamada pública para compra de arroz da agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 23/03/2015**

*Produto será destinado à composição de 200 mil cestas de alimentos que serão doados em quatro estados*

Brasília, 23 – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) lançaram chamada pública para aquisição de 1,9 mil toneladas de arroz de produção orgânica ou agroecológica da agricultura familiar. A compra será feita por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Serão investidos R\$ 5 milhões, o que beneficiará 500 famílias responsáveis pelo fornecimento do cereal.

O arroz será utilizado na composição de 200 mil cestas de alimentos, que serão doados a grupos populacionais com carência alimentar nos estados do Rio Grande do Sul, Santa



Catarina, Paraná e São Paulo. Serão beneficiados quilombolas, atingidos por barragens, extrativistas, índios, pescadores e famílias de agricultores familiares. A chamada pública é mais uma modalidade de aquisição de alimentos do PAA, realizada pela Conab em parceria com o MDS e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Sementes – Na última sexta-feira (20), a Conab assinou contrato com a Cooperativa Agroecológica Nacional Terra e Vida (Conaterra) para aquisição de sementes da agricultura familiar – nova modalidade do PAA. A operação prevê a compra de 1.215 quilos de sementes agroecológicas de cebola, fornecidas por 22 famílias de produtores de Hulha Negra e Candiota.

As sementes serão entregues a cerca de 600 famílias de agricultores familiares dos municípios de Mostardas, São José do Norte, Rio Grande e Tavares, todos no Rio Grande do Sul. O valor total da compra é de R\$ 303,7 mil. O contrato foi formalizado mediante articulação entre a Conab e o MDA, com recursos do MDS.

---

### **Paraná pede ao MMA prorrogação do Cadastro Ambiental Rural – Valor Econômico, Agronegócios. 23/03/2015**

SÃO PAULO - O Governo do Paraná enviou ao Ministério do Meio Ambiente o pedido para prorrogação do prazo para a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que tem data limite para o cadastramento das propriedades rurais em 5 de maio, informou a assessoria de imprensa do Estado.

O cadastramento é obrigatório para todo o país e tem como objetivo promover a identificação, regularização ambiental e monitoramento das propriedades e posses rurais.

O ofício assinado pelo governador Beto Richa foi entregue ao Ministério, em Brasília, na quarta-feira passada, pelo presidente do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), que participou da reunião do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). “A prorrogação do prazo já está prevista na própria lei que institui o CAR e pelo contato e troca de experiências que temos com os outros Estados a perspectiva é que a grande maioria dos proprietários e posseiros rurais seja prejudicada caso a data limite não seja prorrogada. Iremos aguardar a decisão do Governo Federal, mas acredito na prorrogação desse prazo para maio de 2016”, explica o presidente do IAP.

O documento destaca que o Paraná é o segundo Estado da federação em números de propriedades rurais para serem cadastradas, com mais de 532 mil imóveis, e o quinto Estado em números de cadastros já efetuados. Mesmo assim, até o dia 19 de março foram efetuados pouco mais de 42.235 cadastros, cerca de 8% do total de imóveis rurais do Estado. No Brasil, até esta data foram cadastrados 361.897 imóveis rurais.

Os proprietários que não se cadastrarem perderão benefícios previstos na lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal), como créditos e financiamentos agrícolas, suspensão de multas administrativas falta de segurança jurídica sobre seus imóveis e dificuldades para transações imobiliárias.

---

## **Inclusão de produtos orgânicos e de base agroecológica em merenda escolar garante alimentação mais saudável. Aline Dias – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/03/2015**

Para assegurar uma alimentação mais saudável nas escolas, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) garante a inclusão de produtos da agricultura familiar na merenda de alunos de toda a educação básica matriculados na Rede Pública de Ensino. Além de colaborar para a formação de hábitos alimentares saudáveis, já que a merenda escolar passa a conter maior quantidade de produtos orgânicos, a ação contribui para a ampliação da comercialização e fortalecimento da agricultura familiar.

Uma iniciativa do município de São Paulo vai trazer ainda mais benefícios para a saúde dos alunos: a lei que garante a inclusão de produtos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar municipal. A Lei Municipal 16.140 prevê a aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, com prioridade para agricultores e empreendedores familiares locais.

A medida permite que o município destine até 30% a mais pelo produto orgânico ou de base agroecológica em relação a alimentos similares convencionais. A lei também pede a apresentação de um Plano de Introdução Progressiva de Alimentos Orgânicos ou de Base Agroecológica na alimentação escolar. O plano vai permitir que a ação seja implantada de forma progressiva, até que todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino forneçam alimentos da agricultura familiar.

O secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Onaur Ruano, explica que a ação é fundamental para o avanço da produção orgânica e de base agroecológica no Brasil. “Essa é uma iniciativa que, certamente, vai repercutir de forma positiva em outros municípios que fazem a aquisição para a merenda escolar. Quando o sistema de produção é agroecológico ou orgânico, você tem nas escolas públicas uma qualidade na alimentação de altíssimo nível e é isso que nós devemos sempre incentivar”, ressalta o secretário ao observar que a expectativa é que essa demanda seja crescente e que a agricultura familiar possa manter a capacidade de produzir organicamente.

### *Agroecologia*

Com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações de incentivo à agroecologia e produção orgânica, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), criada em 2012, prevê a implementação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. O plano é uma das prioridades de governo e tem a participação da sociedade civil organizada, por meio da comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), que conta com 10 ministérios diretamente envolvidos no apoio a produção, geração de conhecimento, uso e conservação dos recursos naturais e na comercialização e consumo de produtos orgânicos e de base agroecológica. O MDA coordena as ações no âmbito do governo por meio da Câmara interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo).

Para que os alimentos fornecidos à alimentação escolar cheguem à quantidade e qualidade necessárias, o Ministério do Desenvolvimento Agrário apoia os agricultores

familiares a partir de diversas ações, como, por exemplo, a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O objetivo é aperfeiçoar os sistemas de produção dos agricultores familiares, facilitando o acesso a recursos e serviços para sistemas de produção orgânica, agroecológica e para transição agroecológica.

#### *Pnae SP*

Segundo a prefeitura, até 2012, apenas 1% dos recursos do Pnae eram investidos em produtos da agricultura familiar na educação municipal. Atualmente, os investimentos somam 17%. Nas escolas da região, são fornecidas, gratuitamente, dois milhões de refeições por dia.

#### *Pnae*

O Pnae estabelece que, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam utilizados na compra de produtos da agricultura familiar, priorizando os assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. A verba é repassada aos estados e municípios, que determinam os produtos a serem adquiridos após mapeamento dos alimentos produzidos pela agricultura familiar local. A compra é realizada por meio de chamada pública.

---

### **Famílias assentadas em Caçador (SC) promovem feira itinerante de alimentos orgânicos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/03/2015**

Depois de uma importante participação na festa de comemoração dos 81 anos da emancipação política de Caçador (SC), que se encerrou nesta segunda-feira (23), as famílias assentadas naquele município do Meio Oeste catarinense agora preparam um presente para a população. A partir da segunda semana de abril terá início a Feira Itinerante de Alimentos, que levará semanalmente aos bairros a produção orgânica dos assentamentos.

O lançamento oficial das feiras itinerantes, que são uma promoção da Secretaria municipal de Agricultura, foi realizado durante o evento. O propósito, segundo Ariel Stefaniak - coordenador de assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na região -, foi aproveitar o intenso movimento de visitantes, estimado em 40 mil pessoas pelos organizadores do evento, para divulgar a produção orgânica das famílias assentadas, as datas, os locais e os horários onde as feiras irão acontecer.

Para a exposição e comercialização dos produtos das feiras itinerantes serão utilizadas quatro barracas que compõem os kit feiras, fornecidos pelo Incra à Prefeitura Municipal de Caçador e à Cooperintegra - cooperativa criada e administrada por assentados da região -, que por sua vez disponibilizarão os equipamentos às 26 famílias do assentamento Hermínio Gonçalves dos Santos. Essas famílias se dividirão em quatro grupos para a comercialização em localidades distintas. A produção dessas famílias, em grande parte, é de base agroecológica/orgânica e tem a certificação da Rede Ecovida.

As feiras nos bairros são uma nova alternativa, tanto de comercialização para os agricultores assentados, como de consumo para a população de Caçador, que poderá

adquirir alimentos mais saudáveis, produzidos de forma sustentável nas imediações da cidade e a um preço justo.

A proposta das feiras surgiu a partir dos encaminhamentos ocorridos durante as reuniões do DRS (Desenvolvimento Rural Sustentável) do Banco do Brasil, que originou a elaboração do plano de negócios da cadeia de Olericultura. O objetivo é o complemento de rendas derivadas de mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dos quais as famílias assentadas são fornecedoras.

---

### **Mulheres e agroecologia: publicação estimula o debate sobre a igualdade de gênero no campo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/03/2015**

Conforme o último Censo Agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres compõem 47,9% da população do meio rural. Para dar visibilidade a esta parcela expressiva e estimular o pensamento crítico sobre práticas de igualdade entre homens e mulheres, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) lançou, na tarde desta terça-feira (24), a “Coletânea sobre estudos rurais e gênero – Prêmio Margarida Alves 4ª edição – Mulheres e agroecologia”.

Fátima Brandalise, coordenadora do Nead, salientou a relevância de divulgar os trabalhos sobre a mulher no campo. “A temática é muito importante e é o que o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário coloca como prioridade”, acrescentou.

O conteúdo da edição dialoga as políticas públicas de apoio e estímulo à produção agroecológica, executadas pelo MDA e pactuadas no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Dentre essas políticas, destaca-se a Assistência Técnica e Extensão Rural Agroecológica, a primeira a incorporar 50% de mulheres em seu público beneficiário, além das ações do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, cujos projetos apoiados já possibilitaram atendimento de mais de 138 mil mulheres em ações de capacitação para produção, beneficiamento e comercialização, com foco na agroecologia e na economia feminista solidária, bem como na reforma agrária, onde elas representavam 70% dos beneficiários em 2014.

#### *Iniciativas premiadas*

A publicação reúne 16 trabalhos vencedores do Prêmio Margarida Alves, realizado em 2014. Parte da coleção Nead Especial, a obra apresenta artigos em três categorias: Ensaio inédito, Relatos de experiências e Memórias. Além dos textos ganhadores, foram reconhecidos cinco trabalhos com menção honrosa.

Magnólia Azevedo e Sarah Luiza Moreira tiveram seu trabalho “Mulheres e agroecologia: multiplicadoras agroecológicas transformando o semiárido” premiado na categoria Relatos de experiência. O artigo descreve as práticas desenvolvidas pelo Centro de Pesquisa e Assessoria Esplar na capacitação de vinte multiplicadoras agroecológicas de nove municípios do semiárido cearense. “A agroecologia é instrumento de empoderamento das mulheres, é resistência e mecanismo de superação da dominação patriarcal, se vista sob a ótica feminista”, destacaram as autoras.

A trajetória organizativa das mulheres no Polo da Borborema, na Paraíba, foi tema do trabalho de Julia Scaglioni Serrano, um dos vencedores na categoria Ensaio inédito. “A junção da agroecologia com a produção científica valoriza outros conhecimentos que estão fora dos polos acadêmicos e não são vistos como saber”, apontou Julia, que também atua como educadora popular em comunidades rurais.

### *Parceiros*

O Prêmio Margarida Alves de Estudos Rurais e Gênero e a coletânea de artigos são promovidos pelo MDA – por meio da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMR) e do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead) –, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A 4ª edição do Prêmio contou com apoio de importantes centros de pesquisa e movimentos sociais: Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), Rede de Estudos Rurais, Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babau (MIQCB), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf – Brasil), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

### *Quem foi Margarida Alves*

Margarida Maria Alves foi a primeira mulher eleita, em 1973, para a presidência do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba. Em plena ditadura militar, Margarida foi uma das pioneiras na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais. Foi também uma das fundadoras do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. Durante os 12 anos que atuou no sindicato, foram movidas mais de 600 ações trabalhistas.

Sua luta entrou em choque contra uma das maiores usinas de cana-de-açúcar da região: a Usina Tanques, onde os operários e as operárias não tinham sequer carteira assinada. Margarida Alves começou a receber várias ameaças e, no dia 12 de agosto de 1983, foi assassinada por um matador de aluguel na porta de casa.

Margarida Alves se tornou um símbolo político e tem seu nome carregado em uma marcha que reúne todos os anos, em Brasília, no dia 12 de agosto, milhares de mulheres trabalhadoras rurais: a Marcha das Margaridas.

A publicação estará disponível para download gratuito na seção Publicações (Nead Especial) da página: [www.nead.gov.br](http://www.nead.gov.br)

---

**Grupo Hospitalar Conceição vai comprar alimentos de comunidades quilombolas – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 25/03/2015**

*Instituição será a primeira do país a adquirir produtos certificados com Selo Quilombos do Brasil*

Brasília, 25 – O Grupo Hospitalar Conceição (GHC), de Porto Alegre (RS), vai comprar alimentos produzidos pelas comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O grupo será a primeira instituição do país a comprar os produtos certificados com o Selo Quilombos do Brasil.

Para priorizar a aquisição dos alimentos, será lançada pela primeira vez no país uma chamada pública voltada especificamente para a compra de produtos da agricultura familiar quilombola. Entre os alimentos estão arroz, feijão preto, abóbora, alho e batata doce, produzidos por 68 famílias quilombolas em 23 comunidades no Rio Grande do Sul.

“A iniciativa, além de garantir uma produção sustentável com alimentos frescos e de qualidade, gera renda para as famílias da comunidade e fortalece a economia local”, destaca o coordenador de Aquisições e Distribuição de Alimentos do MDS, Gustavo Assis.

O assunto será discutido até esta quinta-feira (26), em Porto Alegre, no ciclo de debates “Saúde da Terra ao Prato” e no seminário “Compras Institucionais da Agricultura Familiar”, promovidos pelo Grupo Hospitalar Conceição. Representantes do MDS participarão dos eventos.

O GHC foi a primeira instituição de saúde do Brasil a aderir ao PAA, por meio da modalidade Compra Institucional. Criado em 2012, o modelo abriu uma nova possibilidade de comercialização para as famílias de agricultores familiares de todo o país ao permitir que municípios, estados e órgãos federais comprassem seus produtos de forma simplificada, por meio de chamadas públicas, e sem necessidade de licitação.

Selo – O certificado é uma iniciativa articulada e coordenada pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) para atribuir identidade cultural aos produtos de procedência quilombola, a partir do resgate histórico dos modos de produção e da relação das comunidades com determinada atividade produtiva.

---

**CAR será pré-requisito para concessão de crédito ao produtor. Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 26/03/2015**

O secretário de Desenvolvimento Rural Sustentável e Extrativismo do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Paulo Guilherme Cabral, destacou que o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é pré-requisito para concessão de crédito a produtores rurais. Segundo consta na Lei 12.651/12 - novo Código Florestal, aqueles que não fizerem o cadastro não poderão obter crédito junto a instituições financeiras.

Ele fez esta afirmação nesta quinta-feira (26/03), durante a Conferência Governança do Solo, que se realiza em Brasília promovida pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Cabral lembrou que a determinação passará a valer a partir de 2017, conforme consta no artigo 78-A do código. “Após cinco anos da data da publicação desta Lei, as instituições financeiras só concederão crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais que estejam inscritos no CAR”, reforçou.

### *GANHOS*

O secretário participou de painel, liderado pelo Banco do Brasil, sobre instrumentos financeiros. “É importante que o produtor visualize que ele terá ganhos com o CAR, seja de eficiência produtiva ou na diversificação das suas atividades”, defendeu. “Além da agricultura e pecuária, terá o ramo florestal que poderá agregar renda.”

Segundo ele, a lei protege o pequeno produtor rural. “Mesmo que o órgão ambiental responsável pela análise do CAR ainda não tenha liberado o número de protocolo final, o comprovante de inscrição já valerá como comprovação do cadastro”, lembrou. Aproveitou para ressaltar que o CAR não é instrumento de regularização fundiária. “Posseiros também precisam fazer o cadastro da área que ocupam”, enfatizou, “pois o desmatamento ilegal ocorre, sobretudo, nessas áreas”. O CAR é um instrumento de planejamento e monitoramento ambiental das propriedades rurais do país.

### *APOIO AOS PEQUENOS*

O Brasil tem 4,3 milhões de pequenos proprietários rurais (até quatro módulos fiscais) e 807,5 mil médios e grandes produtores, segundo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2006. A Lei 12.651/12 prevê que o poder público ajude o pequeno produtor no preenchimento do CAR. Para isso, o MMA disponibilizou recursos próprios e conseguiu financiamento junto a organismos internacionais, além de acordos de cooperação com sindicatos, cooperativas e órgãos ambientais estaduais para auxiliar os agricultores familiares a realizar o cadastro. O curso a distância de capacitação para o CAR (CapCAR) está atualmente na quarta turma e já formou mais de 31 mil pessoas.

### *OUTROS TEMAS*

O diretor do Departamento de Combate ao Desmatamento do MMA, Francisco Oliveira, coordenou a sala sobre mudanças do clima e vulnerabilidade no setor de florestas e a experiência brasileira em políticas de redução do desmatamento. Pela manhã, o diretor de Conservação da Biodiversidade do MMA, Carlos Alberto Scaramuzza, comandou o debate sobre recuperação de áreas degradadas no Brasil como uma alternativa de renda para o produtor rural.

A Conferência Governança do Solo termina nesta sexta-feira (27/03) e reuniu especialistas de várias partes do mundo para um debate aprofundado sobre a questão do solo - um recurso imprescindível para uma série de atividades fundamentais para a vida humana, como a produção de alimentos, de fibras e energia, a prestação de serviços ambientais, a sustentação da biodiversidade e a manutenção dos mananciais.

---

**Universidade Federal de Viçosa lança chamada pública para compra de alimentos da agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 30/03/2015**

*Edital prevê aquisição de 13,6 mil quilos de produtos para restaurante universitário*

Brasília, 30 – A Universidade Federal de Viçosa (UFV) lançou chamada pública para aquisição de 13,6 mil quilos de alimentos da agricultura familiar por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O investimento para a ação é de R\$ 60,9 mil. Esta é segunda aquisição da universidade.

O edital prevê a compra de feijão (carioca e vermelho), café em pó, tangerina ponkan, banana prata e moranga para atender, parcialmente, às necessidades do Restaurante Universitário do Campus Viçosa (MG). As propostas podem ser enviadas até as 16h desta quarta-feira (1º).

Podem participar da chamada pública as organizações de agricultores familiares e demais povos tradicionais que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Os interessados devem consultar o edital ou enviar e-mail para [cpl@ufv.br](mailto:cpl@ufv.br). A documentação deve ser entregue na Diretoria de Material no Campus UFV.

De acordo com a coordenadora-geral de Aquisições e Distribuição de Alimentos do MDS, Hétel Leepkahn dos Santos, este tipo de aquisição contribui para o desenvolvimento regional. “A modalidade Compra Institucional aproxima o órgão público que demanda alimentos dos agricultores familiares consolidando novas oportunidades no mercado institucional que até então não era acessado por essa categoria”, afirmou.

Na Compra Institucional, órgãos dos governos federal, estadual, distrital e municipal podem comprar, por meio de chamada pública, alimentos da agricultura familiar para o atendimento a demandas próprias de abastecimento, proporcionando uma alimentação mais saudável porque a oferta dos alimentos está mais perto dos consumidores.

---

**Mulheres conquistam sucesso em produção de orgânicos. Talita Viana – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 30/03/2015**

Márcia Inês Sbruzzi Ferrari é umas das nove mulheres agricultoras familiares do Grupo de Agricultores Ecologistas de Forqueta, do município de Arroio do Meio, no Rio Grande do Sul. Há 15 anos, elas se reúnem e plantam frutas e hortaliças de forma agroecológica.

Com a filha e marido, Márcia que tem 45 anos, sempre trabalhou na agricultura junto com a família. Por um período de 14 anos ficou afastada do campo e prestou serviço em uma fábrica de calçados, mas com o nascimento da filha voltou para a produção de orgânicos. “Pensando no bem-estar da família, tivemos a iniciativa de mudar de vida e aproveitando a experiência com a produção de pepinos, paramos de produzir com veneno e começamos a produzir hortaliças e verduras orgânicas”, salienta.



Tempero verde, repolho, rabanete, beterraba, chás, berinjela e frutas como o morango, são alguns dos produtos plantados, colhidos e alguns, ainda, processados e transformados em geleias e conservas pelas mãos das agricultoras. Segundo Márcia, com os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) as hortas foram crescendo e as vendas também. “Tem feira do produtor todos os sábados. Além disso, vendemos para supermercados, sindicatos dos trabalhadores rurais e para a alimentação escolar, por meio do Pnae”, revela.

Os produtos orgânicos têm certificação da Rede Ecovida, válida em todo o Brasil. Em 2013, Márcia ganhou o Prêmio Sebrae de Mulher de Negócios. “Eu exploro bastante esse prêmio”, brinca a agricultora.

#### *Roteiro Turístico*

Com o Roteiro Turístico, as agricultoras ainda recebem visitantes do Brasil e de diversas partes do mundo. O roteiro inclui ida ao local de plantio, trilha ecológica, mirante, igrejas, acervos, café colonial, restaurante com comidas típicas da região e degustação do que é produzido no local.

“O roteiro turístico é maravilhoso, isso foi uma inovação nos negócios. Inovar para atrair mais pessoas, movimentar o comércio, toda a comunidade ganha e o município cresce com isso”, afirma Márcia Ferrari.

Segundo Márcia, a venda direta dos produtos durante esse roteiro turístico aumentou significativamente e melhorou muito a renda das famílias. “Só na nossa propriedade, a renda aumentou em 25% no ano de 2014. E eu quero crescer e aumentar neste ano, pelo menos mais 25%”, destaca.

---

### **Brasil é o sétimo maior investidor em energia renovável, diz estudo. Fábio de Castro – O Estado de São Paulo, Sustentabilidade. 31/03/2015**

*Investimentos aumentaram 93% no País; conclusão é de relatório divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente*

Graças ao aumento da capacidade de produção de energia eólica em 2014, o Brasil voltou à lista dos 10 países que mais investem em energias renováveis no mundo. A conclusão é do relatório Tendências Globais em Investimentos em Energias Renováveis, divulgado nesta terça-feira, 31, pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

De acordo com o relatório, em 2014, os investimentos em energias limpas no Brasil aumentaram 93% em relação ao ano anterior, chegando a US\$ 7,6 bilhões. Desse total, US\$ 6,2 bilhões (84%) foram investidos em energia eólica. Com isso, o Brasil voltou à lista dos 10 maiores investidores em energias renováveis no mundo. O país ficou em sétimo lugar em números absolutos, precedido pela China, Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Alemanha e Canadá. Completam a lista a Índia, a Holanda e a África do Sul.

Os investimentos globais, segundo o relatório, subiram 17% em 2014. A China, que direcionou US\$ 83,3 bilhões para energias renováveis - fundamentalmente energia solar e eólica -, responde por 31% do total investido no mundo. O Brasil, em 2014, aumentou sua participação de 2% para 3% do total de investimentos globais.

Depois da energia eólica, que concentrou a maior parte dos investimentos, o setor renovável que recebeu mais recursos no Brasil foi o de biocombustíveis, com US\$ 574 milhões. Há sete anos, no entanto, os investimentos em biocombustíveis chegavam a US\$ 8,3 bilhões.

Segundo Elbia Gannoum, presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), as matrizes energéticas renováveis estão cada vez mais competitivas e a tendência é que a alternativa eólica ganhe cada vez mais espaço. "O Brasil começou a investir em energia eólica em 2009 e desde então foram realizados diversos leilões competitivos - isto é, sem subsídios. No início desse processo, o país tinha contratado apenas 1,4 gigawatts. Depois dos leilões, foram contratados 14 gigawatts que estão em operação, ou em processo de instalação, o que é um número muito expressivo", afirmou. De acordo com ela, a energia eólica responde hoje por 4,5% da matriz elétrica brasileira, com 6 gigawatts instalados.

Os US\$ 7,6 bilhões do Brasil podem parecer um investimento modesto comparado aos US\$ 83,3 bilhões da China. Mas, de acordo com Elbia, é preciso ter cuidado com as comparações de números absolutos com a China. "A China aumenta anualmente em 100 gigawatts sua capacidade instalada no setor energético, enquanto toda a capacidade instalada no Brasil é de 130 gigawatts. Mas temos que levar em conta que, na China, 70% da matriz energética corresponde ao uso de carvão, uma fonte fóssil não renovável", afirmou.

O Brasil, por outro lado, é o país com maior parcela de recursos renováveis em sua matriz energética: apenas 20% da energia do País é proveniente de fontes fósseis. "Tivemos muito investimento em termelétricas, especialmente entre 2005 e 2008. Mas, depois de 2009, os investimentos se concentraram em energias renováveis, que estão cada vez mais competitivas.

Hoje, somos o país mais renovável do mundo, tanto na matriz energética em geral, como na matriz elétrica. Isso se deve aos nossos recursos naturais, que fazem com que no Brasil as energias renováveis sejam mais vantajosas que as fósseis. Nos outros países, é preciso subsidiar a contratação de fontes eólicas e solares", disse Elbia. De acordo com ela, em um edital público veiculado nesta segunda, para um leilão de contratação de hidrelétricas, os preços estabelecidos foram de R\$ 155 por megawatt/hora para fontes hidrelétricas, de R\$ 179 por megawatt/hora para fontes eólicas e de R\$ 210 por megawatt/hora em fontes de carvão.

"O Brasil está na trajetória certa, muito adequada para a contratação das energias renováveis complementares. O País não tem uma política específica de energias renováveis - mesmo porque elas são competitivas -, mas com o avanço das tecnologias e as reduções que elas causaram nos custos, o setor de energia eólica cresceu 1300% em 2013", afirmou.

A energia eólica é hoje a segunda fonte de energia mais competitiva e a segunda mais contratada desde 2004, segundo ela. "Em breve, a energia eólica será a segunda maior fonte na matriz energética, perdendo apenas para a hidrelétrica. A projeção é que, entre 2020 e 2022, até 14% da nossa matriz energética seja eólica", disse.

Para André Luis Ferreira, diretor-presidente do Instituto de Energia e Meio Ambiente, as conclusões do relatório são coerentes com o que se tem observado no mercado. "Com exceção da energia hidrelétrica, o Brasil está investindo praticamente tudo em energia eólica. Basta observar os últimos leilões, o aumento de capacidade instalada e os inúmeros empreendimentos para verificar isso. Por outro lado, é de se lamentar que estejamos investindo tão pouco em biomassa", afirmou Ferreira. De acordo com ele, a queda dos investimentos em biocombustíveis e etanol tem relação com a estagnação dos investimentos na renovação dos canaviais. "O investimento em etanol caiu muito em função da conjuntura do mercado de açúcar e dos preços da gasolina, que foram reduzidos por uma política econômica do governo federal", explicou.

Mas a principal preocupação levantada pelo relatório, segundo Ferreira, é o baixo investimento em energia solar. "Chama a atenção que tenhamos um investimento quase desprezível em energia solar, que teve um impulso grande em vários países com área muito menor e em latitudes muito menos privilegiadas. O Brasil poderia ser muito mais ambicioso nesse setor", disse. Segundo ele, no entanto, vários leilões para contratação de fontes de energia solar foram marcados para 2015. "O boom da energia eólica começou assim. Não temos garantia nenhuma, mas pode-se supor que estejamos dando um primeiro passo na adoção da energia solar", afirmou.

Tercio Ambrizzi, coordenador do Núcleo de Apoio à Pesquisa em Mudanças Climáticas da USP, afirma que o Brasil terá que continuar seus investimentos em fontes alternativas, para enfrentar a vulnerabilidade às mudanças do clima. Segundo ele, existem vários projetos hidrelétricos sendo desenvolvidos no País, mas muitos deles utilizam a tecnologia conhecida como "fio de água": sem reservatórios, a produção de energia depende diretamente da quantidade de água local.

"Ao longo dos últimos anos temos acompanhado a variabilidade climática no planeta e, mais recentemente, temos sentido isso não somente em regiões mais sensíveis à falta de água, como o Nordeste, mas também em regiões como o Sudeste e o Sul. O investimento em outras fontes de geração de energia pode minimizar a vulnerabilidade da produção de energia em relação à variabilidade do clima. Investir em energia eólica e solar é não somente importante, mas tornou-se essencial nas perspectivas atuais", declarou Ambrizzi.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite



**Pesquisadores**  
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

**Assistentes de Pesquisa**  
José Renato S. Porto

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214  
Fax: 21 2224 8577 - r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

**Secretária**  
Diva de Faria